

Sumário

Introdução	1
Capítulo I – A Suprema Corte e o nascimento do controle de constitucionalidade	3
1. <i>Marbury v. Madison</i> (1803)	3
1.1. O legado do Direito Constitucional norte-americano.....	3
1.2. Inexistência de menção expressa ao controle de constitucionalidade	4
1.3. A “ilegitimidade” da Suprema Corte.....	8
1.3.1. O equívoco da teoria da ilegitimidade	10
1.4. Controle de constitucionalidade – nascimento e certidão de batismo	11
1.5. Federalistas, Republicanos e a “origem” do caso <i>Marbury v. Madison</i>	13
1.6. Os “midnight” judges.....	19
1.6.1. A legitimidade da nomeação dos juizes	20
1.6.1.1. A recusa desmotivada	20
1.6.1.2. A correspondência entre Abigail Adams e Thomas Jefferson.....	21
1.7. A indicação de John Marshall como <i>Chief Justice</i> . ..	25
1.8. A ação proposta por <i>Marbury</i>	26
1.9. As alternativas possíveis	28
1.10. A pressão republicana	29
1.10.1. Ameaça de <i>impeachment</i>	29
1.10.2. “Eliminação” do ano judiciário da Suprema Corte	30
1.11. A decisão de Marshall	33
1.12. Fixação do parâmetro de controle	37
1.12.1. A alternativa imprimida por Marshall.....	39

1.13.	Resistência ao <i>judicial review</i> – Pressão republicana pós-julgamento do caso <i>Marbury v. Madison</i>	43
1.13.1.	O processo de impeachment contra Samuel Chase	43
1.13.2.	Enquadramento constitucional do <i>impeachment</i>	47
1.13.3.	A atuação do Executivo e a absolvição de Samuel Chase	51
2.	<i>Stuart v. Laird</i> (1803).....	53
2.1.	Uma decisão raramente lembrada	53
2.2.	A Suprema Corte e os <i>Circuit Judges</i>	55
2.3.	A arguição de inconstitucionalidade formulada por Stuart e a decisão da Suprema Corte	57
2.4.	A leitura conjunta dos casos <i>Marbury v. Madison</i> e <i>Stuart v. Laird</i>	59
3.	As Cortes Supremas não se reduzem a simples órgãos judiciários.....	61
4.	Os Estados-Membros e a jurisdição da Suprema Corte	63
4.1.	Os três pilares.....	63
4.2.	Controle de constitucionalidade sobre atos do Estado-Membro	64
4.2.1.	Especificidades do Estado Federal.....	64
4.3.	<i>Fletcher v. Peck</i>	66
4.3.1.	A “segunda pedra”	66
4.3.2.	Submissão do Estado-Membro aos princípios federativos	69
4.4.	Competência recursal da Suprema Corte das decisões da Justiça dos Estados.....	72
4.4.1.	<i>Martin v. Hunter’s Lessee</i>	72
4.4.2.	<i>Cohens v. State of Virginia</i>	77
4.4.2.1.	A decisão da Suprema Corte	79
4.4.2.2.	Repercussão do julgado	81
4.4.2.3.	O significado de <i>Cohens v. Virginia</i> .	83
Capítulo II – A Suprema Corte e as Liberdades Públicas .		87
1.	<i>Dred Scott v. Sanford</i> (1857)	87

1.1.	Reafirmação do judicial review	87
1.2.	A doutrina do <i>original intention</i>	88
1.3.	As Emendas XIII e XIV	89
2.	A realocação dos japoneses na Segunda Guerra Mundial.....	91
2.1.	Os três casos: <i>Hirabayashi v. U.S</i> , <i>Yasui v. U. S.</i> e <i>Korematsu v. United States</i>	91
2.2.	O ataque a Pearl Harbor	92
2.3.	A <i>Executive Order 9066</i>	93
2.4.	A Constituição e as Medidas excepcionais	97
2.4.1.	Os processos contra <i>Hirabayashi</i> e <i>Korematsu</i>	97
2.4.2.	Os argumentos dos autores e dos <i>amicus curiae</i>	97
2.4.3.	As contra-razões da União.....	98
2.4.4.	O voto de Stone em <i>Hirabayashi v. United States</i>	99
2.5.	<i>Korematsu v. United States</i>	102
2.5.1.	A acusação contra <i>Korematsu</i>	102
2.5.2.	O <i>Justice</i> que pertenceu à <i>Ku Klux Klan</i>	103
2.5.3.	O voto de Hugo Black.....	104
2.5.4.	A divergência na Suprema Corte	107
2.5.4.1.	Um voto desconectado da realidade	108
2.6.	A Suprema Corte e as circunstâncias excepcionais.....	109
2.7.	Pedido formal de desculpas do Poder Legislativo e do Poder Executivo	110
2.8.	A resolução do Congresso Nacional e a recompensa pecuniária	111
2.9.	A carta de Bill Clinton	112
3.	A Suprema Corte e os atos de guerra.....	114
4.	As medidas restritivas Pós-11 de setembro.....	116
4.1.	O “quase” paralelo inglês	117
5.	<i>Brown v. Board of Education of Topeka</i> (1954).....	120
5.1.	A doutrina do <i>separate but equal</i>	120

5.2.	A Corte Warren e a inconstitucionalidade da segregação	122
5.3.	O primeiro negro na Suprema Corte e a lei federal de 1992	125
6.	<i>Gideon v. Wainright</i> (1963)	127
7.	<i>Miranda v. Arizona</i> (1966)	131
7.1.	<i>Miranda v. Arizona</i> na Suprema Corte brasileira ..	132
7.2.	A conexão entre os casos <i>Miranda</i> e <i>Gideon</i>	133
8.	<i>New York Times Co. v. United States</i> (1971) – <i>The Pentagon Papers</i>	134
8.1.	Considerações gerais.....	134
8.2.	Origem da disputa judicial.....	138
8.3.	O papel do Estado, o interesse público e a Liberdade de Expressão	140
8.4.	A Liberdade de Imprensa como valor fundamental	143
8.5.	A linha tênue	148
9.	<i>Roe v. Wade</i> (1973).....	150
9.1.	Direito à privacidade.....	151
9.2.	Limitação inconstitucional à privacidade	153
9.2.1.	A legislação estadual contrária ao aborto ..	153
9.2.2.	<i>Class action</i> e <i>amicus curiae</i>	155
9.3.	A decisão da Suprema Corte	156
9.3.1.	<i>Personal autonomy</i> e <i>right of privacy</i>	156
9.4.	Nova composição da Suprema Corte e a constitucionalidade da <i>Partial-Birth Abortion Ban Act</i> ..	159
10.	<i>Texas v. Johnson</i> e <i>United States v. Eichman</i>	162
10.1.	O culto à Bandeira.....	162
10.2.	O uso comercial e publicitário da bandeira	164
10.3.	A <i>Old Glory</i> como instrumento de protesto	166
10.4.	<i>Texas v. Johnson</i> (1989).....	167
10.4.1.	O <i>burning flag</i> e a Liberdade de Expressão ..	167
10.4.2.	A inconstitucionalidade da proteção legislativa à bandeira, sob a perspectiva da Liberdade de Expressão	169
10.5.	<i>United States v. Eichman</i> (1990).....	172

10.5.1. Protesto legislativo contra a Suprema Corte.....	172
10.6. A lei de proteção à bandeira.....	173
10.7. Proposta de emenda constitucional.....	176
10.8. Direito de ofender.....	177
10.9. A super-rigidez da Constituição dos Estados Unidos.....	179
Capítulo III – A Suprema Corte e as questões de Estado .	181
1. <i>McCulloch v. Maryland</i> (1819).....	181
1.1. O processo de formação do Estado Federal.....	181
1.2. A criação do Banco Central e a discussão sobre sua constitucionalidade.....	183
1.2.1. O conflito federativo – Estado de Maryland contra a União.....	184
1.3. Poderes enumerados, implícitos e a missão política e constitucional da União	186
1.4. Alteração no perfil da Federação	188
1.5. <i>McCulloch v. Maryland</i> e os poderes substantivos vitais	189
2. <i>Hearth of Atlanta Motel v. United States</i> (1964)	191
3. <i>Malloy v. Hogan</i> (1964).....	193
4. <i>United States v. Nixon</i> (1974).....	194
4.1. Considerações gerais.....	194
4.2. A invasão do <i>Watergate Building</i>	195
4.2.1. As informações do <i>Deep Throat</i>	196
4.3. Investigação congressional.....	198
4.4. O Ministério Público no Brasil e o equivalente norte-americano	199
4.4.1. Designação do Special Prosecutor	199
4.4.2. A opinião de Alan Dershowitz	200
4.5. O Procurador Especial do Caso Watergate	202
4.6. A legislação relativa ao Procurador Especial.....	204
4.7. As gravações telefônicas da Casa Branca e o “ <i>Saturday Night Massacre</i> ”	207
4.8. <i>Absolute Privilege</i>	208
4.8.1. A disputa judicial <i>Special Prosecutor v. Nixon</i>	209

4.8.2. O entendimento da Suprema Corte	211
4.8.3. Caráter restrito do <i>absolute privilege</i>	212
4.9. O acórdão da Suprema Corte e a renúncia	216
4.10. O perdão do Presidente Gerald Ford.....	219
4.11. O perdão presidencial no sistema constitu- cional norte-americano	222
4.12. A solidez da Democracia.....	225
Referências Bibliográficas	227
Índice por assunto	231
Índice Onomástico	239

